

ATA Nº 168

1
2 Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e
3 trinta minutos, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos
4 da Mulher com os seguintes presentes: Celina Lazzari, Gabriela Antunes, Débora
5 Gonçalves, Rita de Cássia, Rosinéia Souza, Sara Souza, Kátia Bressan, Adriana Felisbino,
6 Vereadora Luciane Tokarski, Valéria Medeiros, Aleida Cardoso e Kelly Botega. A
7 presidente Srª Celina inicia os trabalhos cumprimentando a todos os presentes. Na
8 sequência, a presidente Celina informa que foi solicitado a presença de um representante
9 do Gabinete da Prefeitura, porém não houve retorno. Continuando, a presidente esclarece
10 que o objetivo da reunião é baseado na necessidade de alguns esclarecimentos para
11 organizar a audiência pública da Casa da Mulher Brasileira. Em conseqüente, a presidente
12 questionou a respeito de como está o cronograma de execução da Casa da Mulher
13 Brasileira. A vereadora Luciane Tokarski, respondeu que foi bastante frustrante o processo
14 e por esse isto, encontra-se desmotivada devido aos inúmeros contratemplos encontrados
15 para viabilizar cada etapa. Continuando, A vereadora coloca-se em posição de buscar o
16 apoio de empresários para atender a demanda em relação ao abrigo das mulheres, sendo
17 que a Caixa Econômica já deu a viabilidade do projeto e agora está em processo de
18 licitação e que compete ao Gabinete do Prefeito por se tratar de um projeto que agrega
19 diversas políticas, que provavelmente ficou estagnado devido há necessidade de novos
20 orçamentos para as licitações da construção. Em conclusão, a Vereadora Luciane disse
21 que o dinheiro que veio era para construção e equipar a casa, fique inviabilizado, pelo
22 tempo em que ficou parado, pois com isso os preços ficam defasados em relação ao valor
23 de mercado. A representante da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social, Kelly Botega
24 manifesta-se colocando sobre a necessidade de estabelecer um serviço de alta
25 complexidade para o acolhimento efetivo das mulheres. Srª Kelly Botega relata que em
26 reunião do Colegiado Estadual de Gestores da Assistência social ficou decidido por
27 representar o Estado pela sua omissão na responsabilidade em relação aos casos de
28 acolhimento de mulheres, não só mulheres vítimas de agressão, mas também, mães com
29 bebês que vem bater na porta das redes apoiadoras do Município sem saber para onde ir.
30 Continuando, srª Kelly, coloca que foi realizado uma parceria com repasse de recurso no
31 ano de dois mil e vinte e um, com a ideia de uma casa de passagem para essas mulheres
32 e que atualmente a STAN é uma forma provisória do Município de atender a essa
33 necessidade que é urgente, mas que é preciso melhorar, qualificar e ter outras estruturas.
34 A vereadora Luciane Tokarski, em seguida citou uma instituição para que o conselho
35 possar ter uma base do funcionamento da casa acolhedora. A presidente Celina questiona
36 sobre qual órgão/pessoa que seria necessário para que pudesse dar andamento ao projeto
37 da Casa da Mulher Brasileira. A Vereadora Luciane, contesta que seria a própria Prefeitura
38 da cidade. A conselheira Rita acrescenta que além de obter a casa, deve haver
39 fiscalização, não só da parte da assistência social, mas sim, de todo os interessados,
40 Tubarão precisa de demanda regional pois o município é considerado polo, não deixando
41 somente a responsabilidade toda para o município, mas atrelando as responsabilidades do
42 Estado. A vereadora Luciane, diz que quando sair a licitação e a casa iniciar a construção,
43 deverá reunir os representantes dos órgãos integrantes, para fazer uma audiência e
44 organizar a gestão. A Vereadora finaliza afirmando que aspira estar presente em todos os
45 passos para conseguir a realização da Casa. Sem mais nada a tratar, deu-se encerrada a
46 reunião.

